

Entre Barreiras e Oportunidades: Permanência Feminina na Educação a Distância no Ensino Superior Brasileiro

Between Barriers and Opportunities: Female Persistence in Distance Higher Education in Brazil

Marco WANDERCIL^{1*}

Eliane Cristina PRUDENCIO²

Iliana Maritza Burguan VALVERDE²

Verónica Diana CARDOZO³

¹Universidade Municipal de São Caetano do Sul -São Caetano do Sul – SP -BRASIL

²Universidade Estadual de Campinas - Campinas – SP - BRASIL

³Universidade Federal de São Carlos (- São Carlos – SP - BRASIL

*marco.wandercil@gmail.com

Resumo. Este artigo tem como objetivo central identificar os principais fatores que influenciam a permanência de mulheres em cursos de Educação a Distância no ensino superior brasileiro. Para alcançar o objetivo lançou-se mão de uma revisão sistematizada da literatura, de caráter qualitativo e exploratório, com foco em estudos publicados entre 2014 e 2024. Foram analisados 24 artigos científicos a partir de uma matriz temática baseada nos seguintes eixos: aspectos socioeconômicos, fatores institucionais e políticas públicas, responsabilidades familiares e de gênero, e fatores subjetivos e motivacionais. Os resultados revelam que a ausência de políticas institucionais de apoio, a sobrecarga doméstica e as desigualdades estruturais continuam sendo os principais entraves à permanência feminina. Ao mesmo tempo, os estudos indicam que a EaD pode constituir uma possibilidade de acesso e reposicionamento educacional para mulheres em contextos de vulnerabilidade, ainda que fortemente condicionada por desigualdades estruturais e pela presença (ou ausência) de políticas institucionais de apoio.

Palavras-chave: Evasão. Gênero. Políticas públicas. Território.



Abstract. *This article aims to identify the main factors that influence the persistence of women in distance higher education courses in Brazil. To achieve this objective, a systematic review of national literature was conducted, focusing on studies published between 2014 and 2024. A total of 24 scientific articles were analyzed using a thematic matrix based on the following axes: socioeconomic aspects, institutional factors and public policies, family and gender responsibilities, and subjective and motivational factors. The results reveal that the absence of institutional support policies, domestic overload, and structural inequalities remain the main barriers to female persistence. At the same time, distance education stands out as an opportunity for social repositioning and educational advancement for women in vulnerable contexts. The study reinforces the importance of intersectoral and gender-sensitive policies.*

Keywords: Dropout. Gender. Public policies. Territory.

Recebido: 02/06/2026 Aceito: 10/08/2026

Editores Responsáveis: Daniel Salvador/ Carmelita Portela/ Daniela Samira

1. Introdução

A Educação a Distância (EaD) consolidou-se, nas últimas décadas, como uma importante estratégia de expansão do ensino superior no Brasil, especialmente entre populações historicamente afastadas dos circuitos educacionais tradicionais. Dados do Censo da Educação Superior indicam crescimento contínuo das matrículas nessa modalidade, intensificado a partir da segunda metade dos anos 2010 e ampliado no contexto da pandemia de Covid-19 (Brasil, 2024; 2025). Esse movimento tem sido frequentemente associado ao discurso da democratização do acesso, ao ampliar oportunidades de ingresso relacionadas a condições territoriais, econômicas e à organização do tempo de trabalho e cuidado. Ao mesmo tempo, observa-se mudança no perfil discente, com crescente participação feminina na EaD (Brasil, 2025), o que torna a permanência e as desigualdades de gênero dimensões relevantes de investigação.

Dados do Censo da Educação Superior (Brasil, 2025) indicam que as mulheres representam uma parcela majoritária das matrículas no ensino superior brasileiro, com aproximadamente 60% do total. Na modalidade EaD, essa predominância é ainda mais acentuada, com as mulheres constituindo 73,9% das matrículas em cursos de licenciatura (Brasil, 2024). Em 2024, pela primeira vez na história, o número de matrículas em cursos a distância superou o de cursos presenciais, representando 50,7% do total de matrículas de graduação no país (Brasil, 2025). Esse cenário evidencia a EaD como um dos caminhos de acesso de mulheres à educação superior, cuja flexibilidade pode favorecer a conciliação entre estudos, trabalho e responsabilidades familiares, ainda que não elimine as desigualdades estruturais que incidem sobre a permanência.

Contudo, essa presença não se traduz em igualdade de condições ou de sucesso. Mulheres com responsabilidades familiares e profissionais, frequentemente enfrentam barreiras adicionais que podem comprometer sua dedicação e sua permanência em cursos superiores (Oxfam, 2020). A taxa de evasão no ensino superior brasileiro atingiu 17,5% no período de 2023-2024, sendo que na modalidade EaD, essa taxa é significativamente maior, alcançando 24,1%, em contraste com 9,5% no ensino presencial (Brasil, 2025). Esses dados sugerem que, embora a EaD ofereça acesso, a permanência feminina é desafiada por fatores específicos que merecem análise. A superação dessas barreiras tem sido interpretada na literatura como forma de resistência, na medida em que a educação se constitui como espaço de tensionamento dos padrões sociais e institucionais estabelecidos (Costa Sitta; Legendre, 2024).

No caso brasileiro, a expansão da EaD ocorre de forma profundamente imbricada às transformações recentes da política educacional, marcadas pela crescente participação de grandes grupos empresariais, pela intensificação de processos de mercantilização do ensino superior e pela adoção de modelos de gestão orientados por lógicas de eficiência e redução de custos (Diniz, 2021). Esse cenário impõe uma leitura crítica da modalidade, ao mesmo tempo em que a EaD pode ampliar o acesso, ela também pode reproduzir e, em certos contextos, intensificar desigualdades estruturais, especialmente quando desprovida de políticas consistentes de apoio acadêmico, assistência estudantil e acompanhamento pedagógico (Ferreira; Chaves, 2023).

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: quais são os principais fatores que incidem sobre a permanência de mulheres em cursos de Educação a Distância no ensino superior brasileiro, segundo a produção científica nacional recente? O objetivo do estudo é analisar, por meio de uma revisão sistematizada da literatura, de caráter qualitativo e exploratório, como aspectos socioeconômicos, institucionais, familiares e subjetivos têm sido mobilizados para explicar a permanência (e a evasão) feminina na EaD, identificando tendências analíticas, convergências interpretativas e lacunas de pesquisa.

Ao mapear criticamente essa produção, pretende-se contribuir para o debate sobre políticas de permanência no ensino superior, com ênfase na necessidade de abordagens sensíveis às desigualdades de gênero e às condições concretas de vida das estudantes. Parte-se do pressuposto de que a consolidação da EaD como política de expansão do ensino superior só poderá cumprir um papel socialmente relevante se for acompanhada de estratégias institucionais e públicas capazes de enfrentar, de modo estrutural, os fatores que limitam a continuidade e o sucesso das trajetórias acadêmicas das mulheres.

Diferentemente de estudos centrados exclusivamente na evasão ou no acesso à EaD, esta revisão sistematizada focaliza especificamente a permanência feminina, articulando dimensões institucionais, socioeconômicas, subjetivas e de gênero em uma perspectiva integrada.

2. Referencial teórico: EaD, permanência e desigualdades de gênero

A expansão recente da Educação a Distância (EaD) no ensino superior brasileiro tem sido amplamente associada às políticas de ampliação do acesso e à diversificação dos perfis estudantis (Senkevics, 2021). No entanto, a literatura tem demonstrado que o crescimento das matrículas não se converte automaticamente em condições equitativas de permanência e conclusão dos cursos, especialmente em um contexto marcado por fortes desigualdades sociais e por processos de mercantilização do ensino superior (Barcellos, 2021). Nesse cenário, a permanência passa a ser compreendida não apenas como questão individual de adaptação, mas como problema estrutural, condicionado por políticas institucionais, condições materiais e formas de organização pedagógica (Lima; Castro, 2021; Silva; Castro, 2022).

Estudos sobre evasão e retenção na EaD indicam que a flexibilidade da modalidade, frequentemente apresentada como seu principal atributo, opera de maneira ambivalente: ao mesmo tempo em que possibilita a conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar, também tende a deslocar para os estudantes a responsabilidade pela gestão do tempo e pela superação de obstáculos institucionais e tecnológicos (Pedrosa; Nunes, 2019; Neves; Moura, 2021; Campos, 2022). Quando associada à fragilidade de políticas de acompanhamento acadêmico, tutoria e assistência estudantil, essa dinâmica contribui para a produção de trajetórias marcadas por interrupções e abandono, sobretudo entre estudantes em contextos de maior vulnerabilidade social (Peixoto Filho; Oliveira, 2021; Rossi; Fontes, 2022).

A incorporação da perspectiva de gênero é fundamental para compreender como permanência e evasão se distribuem de forma desigual no ensino superior. Nesse estudo, gênero é mobilizado não como marcador descritivo, mas como categoria analítica capaz de evidenciar como relações sociais, institucionais e simbólicas produzem hierarquias e assimetrias nas trajetórias educacionais (Rohden, 2009; Bacan; Martins; Santos, 2020). Embora as mulheres sejam maioria nas matrículas da educação superior e da EaD, sua presença não elimina desigualdades associadas à divisão sexual do trabalho, à sobrecarga de responsabilidades de cuidado e às formas diferenciadas de inserção no mercado de trabalho, fatores que incidem diretamente sobre o tempo de estudo e as possibilidades de permanência (Ferreira; Chaves, 2023; Araújo et al., 2024; Rossi; Fontes, 2022; 2024).

A literatura também aponta que estereótipos de gênero e desigualdades simbólicas afetam a construção da autoimagem acadêmica e as expectativas de sucesso, especialmente em contextos educacionais marcados por lógicas meritocráticas e individualizantes (Menezes; Santos, 2021; Barcellos, 2021). Nesse sentido, a permanência feminina na EaD deve ser analisada de forma interseccional, considerando a articulação entre gênero, classe, território e condições institucionais, evitando interpretações que naturalizem a evasão ou atribuam exclusivamente às estudantes a responsabilidade por trajetórias interrompidas (Araújo et al., 2024; Ferreira; Chaves, 2023).

Por fim, ao dialogar com a noção de currículo e conhecimento como “territórios em disputa” (Arroyo, 2013), este estudo parte do pressuposto de que o ensino superior e, em particular, a EaD, constitui um espaço marcado por conflitos em torno do direito à formação, das condições de permanência e do reconhecimento de diferentes experiências sociais. Longe de configurar um campo intrinsecamente inclusivo, a modalidade expressa contradições próprias das políticas de expansão educacional em contextos desiguais, exigindo que a análise da permanência feminina seja situada nas condições materiais e institucionais concretas que estruturam as trajetórias acadêmicas (Fernandes, 2006; Barcellos, 2021; Rossi; Fontes, 2022; 2024).

Esse enquadramento teórico orienta a leitura dos resultados da revisão sistemática, permitindo compreender a permanência de mulheres na EaD não como efeito automático da flexibilidade da modalidade, mas como processo atravessado por disputas, limites e condicionantes estruturais, que demandam políticas educacionais sensíveis às desigualdades de gênero e às múltiplas dimensões da vulnerabilidade social.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, por meio de uma revisão sistemática da produção científica nacional sobre a permanência de mulheres na Educação a Distância (EaD) no ensino superior. O recorte temporal compreende o período de 2014 a 2024, justificado tanto pela intensificação da expansão da EaD no Brasil quanto pelas transformações recentes nas políticas educacionais e nos perfis de acesso e permanência no ensino superior. A busca foi realizada nas bases Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, selecionadas por sua abrangência e relevância para a produção científica brasileira na área da Educação. Utilizaram-se os seguintes descritores, combinados por operadores booleanos: “EaD” ou “Ensino a Distância” e “permanência” e “gênero” ou “mulher” e “Educação Superior”.

Foram definidos como critérios de inclusão: (i) publicações em língua portuguesa; (ii) artigos com acesso ao texto completo e avaliados por pares; (iii) estudos empíricos ou teóricos com foco na permanência de mulheres na EaD no ensino superior; e (iv) publicações no período delimitado. Excluíram-se trabalhos que tratavam exclusivamente de evasão sem recorte de gênero, resumos expandidos, textos sem explicitação metodológica e estudos situados fora do contexto da educação superior. A busca inicial resultou em mais de 100 registros. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, seguida da leitura dos resumos, foram selecionados 24 artigos que atenderam integralmente aos critérios definidos para o estudo. Esses artigos constituem o corpus final da revisão e estão sintetizados no Quadro 1. Considerando o caráter qualitativo da investigação, o foco do processo de seleção concentrou-se na aderência temática e metodológica dos estudos ao objeto da pesquisa.

Quadro 1. Distribuição dos estudos por eixo temático (n=24)

Eixo temático	Estudos (exemplos de autores)	n
Fatores institucionais e políticas públicas	Vieira, Ramalho e Vieira (2017); Lima e Castro (2021); Silva e Castro (2022); Rossi e Fontes (2022; 2024); Barcellos (2021); Peixoto Filho e Oliveira (2021); Senkevics (2021); Campos (2022); Souza et al. (2022); Lima e Romão (2023); Soares e Martins (2024)	1
		2
Responsabilidades familiares e de gênero	Baptista e Diniz (2016); Barbosa, Carvalho e Montané (2018); Pedrosa e Nunes (2019); Neves e Moura (2021); Menezes e Santos (2021); Araújo et al. (2024); Tuna (2024); Rossi e Fontes (2022; 2024); Ferreira e Chaves (2023); Barcellos (2021); Soares e Martins (2024)	1
		2
Fatores subjetivos e motivacionais	Brito et al. (2016); Zamprogno, Jacob e Zamprogno (2016); Godoi (2016); Souza et al. (2022); Campos (2022); Lima e Romão (2023)	6
Aspectos socioeconômicos	Godoi (2016); Vieira; Ramalho; Vieira (2017); Lima e Zago (2018); Barbosa, Carvalho e Montané (2018); Pedrosa e Nunes (2019); Peixoto Filho e Oliveira (2021); Senkevics (2021); Tuna (2024); Araújo et al. (2024); Soares e Martins (2024), Rossi e Fontes (2022; 2024)	1
		2

Fonte: Elaboração própria (2025)

Importa destacar que um mesmo estudo pode estar associado a mais de um eixo temático. Por essa razão, o total de ocorrências apresentado no Quadro 1 supera o número total de artigos analisados (n=24). O objetivo do quadro é evidenciar a amplitude temática dos estudos, e não a distribuição exclusiva dos artigos.

A análise dos dados foi conduzida por meio de análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), com categorização dos achados em quatro eixos interpretativos: aspectos socioeconômicos; fatores institucionais e políticas públicas; responsabilidades familiares e de gênero; e fatores subjetivos e motivacionais. Complementarmente, realizou-se uma análise quantitativa descritiva simples, com o objetivo de identificar a frequência de ocorrência dessas categorias nos estudos analisados, possibilitando uma leitura comparativa dos resultados. Essa estratégia metodológica permitiu sistematizar o material, identificar padrões recorrentes e evidenciar convergências e lacunas na produção científica recente sobre a permanência feminina na EaD no ensino superior brasileiro.

4. Resultados e Discussão

Os resultados indicam que a permanência de mulheres na Educação a Distância (EaD) no ensino superior brasileiro constitui um fenômeno complexo, influenciado por fatores socioeconômicos, culturais e institucionais. A análise dos 24 artigos selecionados na revisão sistemática permitiu organizar os achados em quatro eixos interpretativos centrais: aspectos socioeconômicos, fatores institucionais e políticas públicas, responsabilidades familiares e de gênero, e fatores subjetivos e

motivacionais (Tabela 1). Também foram identificadas subcategorias emergentes, como exclusão digital e ausência de rede de apoio. Ressalte-se que os estudos podem dialogar com mais de um eixo temático; por isso, o Quadro 1 apresenta sobreposições, enquanto a Tabela 1 sintetiza a recorrência predominante das categorias.

Tabela 1. Frequência das categorias analisadas

Categoria Temática	Número de Estudos
Fatores institucionais e políticas públicas	10
Responsabilidades familiares e de gênero	8
Fatores subjetivos e motivacionais	5
Aspectos socioeconômicos	5

Fonte: Elaboração própria (2025)

Diferentemente do Quadro 1, que admite a classificação simultânea de um mesmo estudo em múltiplos eixos, a Tabela 1 apresenta apenas a categoria predominante identificada em cada artigo, razão pela qual os totais diferem. Cada categoria foi acompanhada de uma descrição operacional e de exemplos de indicadores empíricos extraídos dos estudos analisados (Quadro 1), o que possibilitou identificar padrões recorrentes, singularidades contextuais e lacunas estruturais nas evidências disponíveis. Essa estratégia metodológica, fundamentada na análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), permitiu uma leitura mais sistêmica e comparativa dos dados, aprofundando a compreensão sobre os múltiplos fatores que influenciam a permanência de mulheres na EaD, conforme organizado numa matriz analítica (Quadro 2).

Quadro 2. Matriz analítica de permanência no EaD

Categoria Temática	Descrição da Categoria	Indicadores ou Exemplos
Aspectos socioeconômicos	Fatores relacionados à renda, trabalho, tempo disponível, e acesso a recursos digitais.	Renda baixa, falta de internet, jornada dupla, precariedade tecnológica.
Fatores institucionais e políticas públicas	Apoios oferecidos por instituições: bolsas, tutoria, infraestrutura e práticas inclusivas.	Falta de creche, ausência de tutor, material inadequado, mercantilização da EaD.
Responsabilidades familiares e de gênero	Conciliação entre vida acadêmica, cuidado com filhos, trabalho e tarefas domésticas.	Sobrecarga doméstica, maternidade solitária, ausência de rede de apoio.

Categoria Temática	Descrição da Categoria	Indicadores ou Exemplos
Fatores subjetivos e motivacionais	Elementos simbólicos e emocionais ligados à autoestima, motivação e pertencimento.	Superação pessoal, desejo de mobilidade social, sentimento de exclusão e desmotivação.

Fonte: Elaboração própria (2025)

A análise indica que o eixo “fatores institucionais e políticas públicas” foi o mais recorrente, presente em 10 dos 24 estudos. Os resultados apontam que a permanência de mulheres na EaD depende, em grande medida, da existência de políticas institucionais de acolhimento e apoio pedagógico. Práticas como tutoria qualificada, suporte psicopedagógico, planejamento centrado no estudante e políticas de inclusão digital são destacadas como estratégias relevantes para reduzir a evasão e favorecer a continuidade dos estudos (Vieira; Ramalho; Vieira, 2017; Lima; Zago, 2018; Barcellos, 2021; Lima; Castro, 2021; Souza et al., 2022; Silva; Castro, 2022; Peixoto Filho; Oliveira, 2021; Campos, 2022; Rossi; Fontes, 2022; 2024).

O eixo “responsabilidades familiares e de gênero” aparece em oito estudos, que destacam o impacto da tripla jornada, da maternidade não compartilhada e da ausência de políticas de corresponsabilidade como barreiras à permanência feminina na EaD (Baptista; Diniz, 2016; Pedrosa; Nunes, 2019; Neves; Moura, 2021; Barcellos, 2021; Freitas et al., 2022; Lima; Romão, 2023; Araújo et al., 2024; Tuna, 2024). A literatura evidencia que a sobrecarga doméstica e de cuidado recai desproporcionalmente sobre as estudantes, restringindo tempo de estudo, participação acadêmica e continuidade nos cursos, o que reforça a necessidade de análises interseccionais sobre essas trajetórias.

A literatura indica que a permanência feminina na EaD é fortemente impactada pela sobreposição de responsabilidades familiares e acadêmicas, o que compromete o desempenho e amplia o risco de evasão. Estudos internacionais reforçam que o sucesso acadêmico de mulheres adultas em cursos a distância depende de ações intersetoriais que reconheçam o papel da família e do Estado na organização do tempo e das condições de estudo (Oxfam, 2020; Unesco, 2021). Relatórios como *Education at a Glance* (OCDE, 2023) mostram que, embora as mulheres ampliem sua participação no ensino superior, persistem obstáculos associados à conciliação entre estudos e responsabilidades familiares, o que exige políticas institucionais de apoio e flexibilidade pedagógica (ICDE, 2019).

Os fatores subjetivos e motivacionais, presentes em cinco estudos, destacam a autonomia, o desejo de superação, o reposicionamento social e o reconhecimento como elementos que impulsionam a permanência. No entanto, são igualmente comuns os relatos de desmotivação, insegurança acadêmica e sentimentos de isolamento, o que aponta para a necessidade de estratégias de apoio emocional e construção de pertencimento institucional (Lima; Castro, 2021; Menezes; Santos, 2021; Barcellos, 2021; Souza et al., 2022; Campos, 2022).

O eixo “aspectos socioeconômicos” foi identificado em cinco estudos, que destacam barreiras relacionadas à baixa renda, falta de tempo e exclusão digital (Brito et al., 2016; Vieira; Ramalho; Vieira, 2017; Pedrosa; Nunes, 2019; Peixoto Filho; Oliveira, 2021; Tuna, 2024). Mulheres com baixa escolaridade familiar, residentes em regiões periféricas ou rurais e chefes de família compõem o grupo mais vulnerável à evasão. Esse quadro ganha relevância à luz dos dados do Censo da Educação Superior, que indicam a predominância feminina nas matrículas da EaD e persistentes dificuldades de conclusão nessa modalidade (INEP, 2024). A Tabela 2 apresenta a frequência das categorias identificadas nos 24 estudos analisados.

Tabela 2. Frequência das Categorias Temáticas Identificadas

Categoria Temática	Número de Estudos (n=24)	Percentual (%)
Ausência de políticas institucionais de apoio	10	41,70%
Sobrecarga de responsabilidades domésticas	8	33,30%
Fatores motivacionais pessoais	5	20,80%
Barreiras tecnológicas	3	12,50%
Relação com docentes como fator de permanência	2	8,30%
Assistência estudantil como fator positivo	2	8,30%
Desigualdade digital	2	8,30%
Racismo institucional e exclusão	1	4,20%

Fonte: Elaboração própria (2025)

A análise quantitativa dos 24 artigos indica que a ausência de políticas institucionais de apoio é o fator mais recorrente, presente em 41,7% dos estudos, evidenciando fragilidades no acolhimento das especificidades de gênero, como a falta de tutoria qualificada, apoio psicopedagógico e infraestrutura adequada. A sobrecarga de responsabilidades domésticas aparece em 33,3% das publicações, destacando o impacto da maternidade não compartilhada e da divisão desigual do trabalho doméstico na trajetória acadêmica. Fatores motivacionais surgem em 20,8% dos estudos, indicando que, apesar dos obstáculos, muitas mulheres identificam na EaD possibilidades de mobilidade educacional. Outros temas, como barreiras tecnológicas, desigualdade digital e racismo institucional, aparecem com menor frequência, mas revelam camadas importantes de exclusão.

4.1 Permanência feminina na EaD, disputas pelo conhecimento e implicações para a prática educacional

Os resultados da revisão indicam que a permanência de mulheres na Educação a Distância não pode ser compreendida de forma linear nem como efeito automático da flexibilidade da modalidade. Os estudos evidenciam que a EaD constitui um espaço atravessado por tensões e contradições: ao mesmo tempo em que amplia o acesso ao ensino superior, também transfere às estudantes grande parte da responsabilidade pela gestão do tempo e pela superação de obstáculos materiais e simbólicos (Ferreira; Chaves, 2023; Barbosa; Carvalho; Montané, 2018; Araújo et al., 2024). Nessa perspectiva, o ensino superior, e particularmente a EaD, pode ser compreendido como um “território em disputa”, marcado por desigualdades nas condições de acesso e permanência (Arroyo, 2013; Fernandes, 2006). Mulheres em contextos de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam, com maior intensidade, sobreposição de jornadas, responsabilidades de cuidado e precariedade de recursos institucionais e tecnológicos (Rossi; Fontes, 2022; 2024; Araújo et al., 2024; Barcellos, 2021).

Os achados também indicam que a flexibilidade da EaD, frequentemente apresentada como principal vantagem da modalidade, opera de forma ambivalente. Para parte das estudantes, ela constitui condição necessária para conciliar estudo, trabalho e vida familiar; para outras, contudo, essa mesma flexibilidade se converte em fator de intensificação das desigualdades, ao reforçar a responsabilização individual pela permanência e ao reduzir a presença de dispositivos institucionais de acompanhamento e apoio (Ferreira; Chaves, 2023; Barbosa; Carvalho; Montané, 2018; Lima; Castro, 2021; Silva; Castro, 2022). Assim, a permanência feminina na EaD aparece menos como resultado de um desenho pedagógico intrinsecamente inclusivo e mais como produto de estratégias individuais de resistência e adaptação frente a condições estruturais adversas (Pedrosa; Nunes, 2019; Neves; Moura, 2021; Campos, 2022).

É nesse ponto que a literatura analisada permite problematizar, com maior cautela, a ideia de emergência de “novas epistemologias” ou de formas alternativas de produção do conhecimento associadas às trajetórias femininas na EaD. Embora alguns estudos indiquem que a ampliação da presença feminina no ensino superior contribui para diversificar perfis, experiências e perspectivas no espaço acadêmico (Santos; Cavalcante; Oliveira, 2024; Trancoso, 2020; Moruzzi, 2025), os dados da revisão não autorizam afirmar, de maneira direta, a consolidação de epistemologias propriamente “insurgentes” no interior da modalidade. O que se observa, com maior consistência, é a existência de processos de tensionamento das formas tradicionais de acesso e permanência no ensino superior, impulsionados por sujeitos cujas trajetórias desafiam o modelo acadêmico historicamente centrado em percursos lineares, tempo integral e disponibilidade plena para o estudo (Barcellos, 2021; Araújo et al., 2024).

Dessa forma, a permanência feminina na EaD pode ser interpretada como expressão de disputas concretas pelo direito ao conhecimento e à certificação em nível superior, e não como evidência

de uma transformação estrutural já consolidada no campo educacional (Arroyo, 2013; Rossi; Fontes, 2022; 2024). As experiências relatadas nos estudos analisados sugerem que essas disputas se dão em condições desiguais e frequentemente precárias, exigindo das estudantes elevados níveis de autodisciplina, resiliência e reorganização da vida cotidiana, características que, longe de representarem apenas virtudes individuais, sinalizam também limites das políticas institucionais de permanência atualmente existentes (Lima; Castro, 2021; Silva; Castro, 2022; Peixoto Filho; Oliveira, 2021).

Do ponto de vista das implicações para a prática educacional, os resultados reforçam a necessidade de deslocar o foco das análises e das políticas da ênfase quase exclusiva no acesso para uma abordagem mais abrangente da permanência. Isso implica reconhecer que a inclusão de mulheres na EaD não se sustenta apenas pela oferta de vagas e pela flexibilidade organizacional, mas depende de estratégias institucionais de apoio acadêmico, assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e políticas sensíveis às desigualdades de gênero, classe e território (Lima; Castro, 2021; Silva; Castro, 2022; Rossi; Fontes, 2022; 2024; Araújo et al., 2024).

Além disso, a formação de docentes e tutores para atuação na EaD precisa incorporar uma compreensão mais refinada das condições sociais e materiais que atravessam as trajetórias das estudantes, evitando leituras que naturalizem a evasão ou que atribuam exclusivamente aos indivíduos a responsabilidade pelo insucesso acadêmico (Pedrosa; Nunes, 2019; Neves; Moura, 2021; Campos, 2022). Nesse sentido, a revisão sistemática indica que pensar a EaD como espaço de ampliação do direito à educação superior exige enfrentar suas contradições estruturais e reconhecer que a permanência feminina, longe de ser garantida pela modalidade em si, é resultado de disputas políticas, institucionais e sociais em torno do próprio significado da inclusão educacional (Barcellos, 2021; Arroyo, 2013; Ferreira; Chaves, 2023).

Esses achados reforçam a interpretação da permanência como fenômeno estruturalmente condicionado, e não como atributo individual das estudantes, conforme já indicado pela literatura crítica sobre EaD e desigualdades educacionais.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão sistematizada da literatura, de caráter qualitativo e exploratório, os principais fatores associados à permanência de mulheres em cursos de Educação a Distância (EaD) no ensino superior brasileiro. Os resultados evidenciam que a permanência feminina na modalidade constitui um fenômeno complexo e multifatorial, atravessado por condições socioeconômicas, institucionais, familiares e subjetivas, e não pode ser compreendida como consequência automática da flexibilidade organizacional da EaD.

A análise dos 24 estudos selecionados indica que, embora a EaD amplie as possibilidades de acesso ao ensino superior para mulheres em diferentes contextos sociais, esse acesso não se

converte, necessariamente, em condições equitativas de permanência e conclusão dos cursos. As trajetórias femininas na modalidade são marcadas, de forma recorrente, pela sobreposição de jornadas de trabalho e de cuidado, pela precariedade de recursos materiais e tecnológicos e pela insuficiência de políticas institucionais de apoio, fatores que tensionam a continuidade dos percursos formativos e contribuem para a persistência de processos de evasão.

Os achados também permitem problematizar a leitura frequentemente otimista da EaD como instrumento de “transformação social”. A literatura revisada sugere que a modalidade opera de forma ambivalente: ao mesmo tempo em que pode criar oportunidades concretas de acesso e qualificação, também tende a reforçar dinâmicas de responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso acadêmico, especialmente quando inserida em contextos de expansão pouco regulada e de fragilidade das políticas de permanência. Nesse sentido, a EaD não deve ser interpretada como solução em si mesma para as desigualdades educacionais, mas como um campo de disputas em torno do direito à formação superior e das condições materiais e institucionais que a tornam efetivamente possível.

Do ponto de vista analítico, o estudo indica que a noção de “território do conhecimento” é mais produtiva quando compreendida como espaço de conflitos, negociações e hierarquizações, e não como metáfora celebratória de inclusão. Mais do que evidenciar a consolidação de epistemologias insurgentes, os estudos analisados apontam para processos incipientes de tensionamento das formas tradicionais de acesso e permanência no ensino superior, impulsionados por trajetórias que desafiam o modelo acadêmico centrado na disponibilidade plena de tempo, na linearidade dos percursos e na autonomia individual desvinculada das condições sociais concretas.

No plano das implicações para as políticas públicas e para a gestão institucional, os resultados reforçam a necessidade de deslocar o foco das estratégias de expansão do ensino superior da ênfase quase exclusiva no acesso para uma abordagem mais consistente da permanência. Isso implica investir em políticas de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico, inclusão digital e formação de docentes e tutores sensíveis às desigualdades de gênero, classe e território, reconhecendo que a continuidade dos estudos depende de condições estruturais e não apenas do esforço individual das estudantes.

Para gestores de Instituições de Ensino Superior, os resultados indicam a necessidade de implementação de programas permanentes de acompanhamento acadêmico, fortalecimento das ações de tutoria, ampliação do suporte psicopedagógico e criação de mecanismos de monitoramento de estudantes em situação de vulnerabilidade. Para os formuladores de políticas públicas, os achados reforçam a importância de estratégias de inclusão digital, ampliação da assistência estudantil e incorporação da perspectiva de gênero nas políticas de permanência, especialmente para mulheres que acumulam responsabilidades de trabalho e cuidado.

Entre as limitações do presente estudo, destaca-se o fato de a análise estar restrita à produção científica nacional e ao recorte temporal de 2014 a 2024, o que não permite generalizações estatísticas para outros contextos ou sistemas educacionais. Ainda assim, o mapeamento realizado oferece um panorama consistente das principais tendências analíticas e tensões presentes na produção científica recente sobre o tema e dos fatores recorrentes associados à permanência feminina na EaD no Brasil, podendo subsidiar tanto novas investigações empíricas quanto a formulação de políticas mais sensíveis às desigualdades estruturais que atravessam o ensino superior.

Recomenda-se que pesquisas futuras avancem para abordagens quantitativas e métodos mistos, capazes de mensurar a magnitude dos fatores identificados nesta revisão e explorar possíveis relações entre gênero, condições socioeconômicas, suporte institucional e permanência acadêmica. Estudos comparativos entre modalidades presencial e a distância, bem como investigações longitudinais, também podem contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o tema.

Conclui-se, portanto, que a permanência de mulheres na EaD é um processo marcado por tensões, limites e contradições, dependente de condições institucionais e sociais concretas, e não um resultado garantido pela modalidade em si. Reconhecer essas contradições é condição necessária para evitar leituras simplificadoras e para sustentar políticas educacionais que não apenas ampliem o acesso, mas enfrentem, de forma estrutural, os obstáculos que ainda comprometem a continuidade e o sucesso das trajetórias acadêmicas femininas no ensino superior brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, E. S.; OLIVEIRA, G. A.; FRANÇA-CARVALHO, A. D. O Perfil Socioeconômico, Formativo e Profissional de Estudantes do Ensino Superior da Educação à Distância: desafios e possibilidades. **Cadernos Cajuína**, v. 9 n. 5, e249537, 2024. <https://doi.org/10.52641/cadcajv9i5.572>
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5ª edição. Editora Vozes, 2013.
- BACAN, A.R.; MARTINS, G.H.; SANTOS, A. A. A. Adaptação ao Ensino Superior, Estratégias de Aprendizagem e Motivação de Alunos EaD. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e211509, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003211509>
- BAPTISTA, M. G. A.; DINIZ, E. L. Ensino a distância na formação de professores. **Revista Conceitos**, v. 2. n. 24, 2016. Disponível em: <https://www.adufpb.org.br/site/wp-content/uploads/2017/05/REVISTA-CONCEITOS-ED-241.pdf>
- BARBOSA, R. C.; CARVALHO, M. E. P.; MONTANÉ, A. Inclusão educacional, digital e social de mulheres no interior da Paraíba: uma experiência na UFPB. **Revista Brasileira de Estudos**

Pedagógicos, v. 99, n. 251, p. 148–171, 2018.

<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3409>

BARCELLOS, J. O lugar das licenciaturas no ensino superior brasileiro: a formação de professores entre desigualdades e desafios. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 66–77, 2021.

<https://doi.org/10.30681/ecs.v11i2.4082>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Superior 2023**. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL, INEP. **Censo da Educação Superior 2024**. 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-divulga-resultado-do-censo-superior-2024>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRITO, L. C. *et al.* Motivos da escolha da Educação a Distância: o aluno como consumidor. **Revista de Administração IMED**, v. 6, n. 2, p. 141–160, 2016. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5911134>

CAMPOS, P. K. A evasão no ensino superior na modalidade ead: um estudo sobre as motivações e problemas decorrentes do processo. **E-Locução / Revista Científica da FAEX**, v. 11, n. 22, p. 1–12, 2022. <https://doi.org/10.57209/e-locucao.v1i22.498>

COSTA SITTA, S.; LEGENDRE, A. L. A resistência das mulheres na educação: o enfrentamento perante as tentativas de invisibilidade na pesquisa. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 387–411, 2024. <https://doi.org/10.14295/de.v11i1.15363>

FERNANDES, B. M. Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em:

<https://forumeja.org.br/brasil/os-campos-da-pesquisa-em-educacao-do-campo-espaco-e-territorio-como-categorias-essenciais/>

FERREIRA, A. P.; CHAVES, A. M. B. M. Pedras no sapato feminino para as trilhas na Educação a Distância (EAD). **Revista Estudos Feministas** [online]. 2023, v. 31, n. 1, e83044.

<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n183044>

GODOI, M. A. O Perfil do Aluno da EaD e seu Estilo de Aprendizagem. **Revista EaD em Foco**, v. 6, n. 2, 2016. <https://doi.org/10.18264/eadf.v6i2.383>

ICDE – INTERNATIONAL COUNCIL FOR OPEN AND DISTANCE EDUCATION. **Women and Distance Education in the Global South: Policies and Practices for Equity**. Oslo: ICDE, 2019. Disponível em: <https://www.icde.org>. Acesso em: 20 mai. 2025.

LIMA, F. S.; ZAGO, N. Evasão na Educação Superior: tendências e resultados de pesquisa. **Movimento – Revista de Educação**, v. 5, n. 9, p. 131–164, 2018. <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32679/18827>

LIMA, J. G.; CASTRO, C. C. Fatores Críticos de Sucesso na Evasão de Alunos do Ensino Superior a Distância. **EaD em Foco**, v. 11, n. 1, e1445, 2021. <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1445>

LIMA, J. I P; ROMÃO, E. S. A formação de professor na educação a distância: tensões e desafios. **Revista EDaPECI**, v. 23, n. 1, p. 4–13, 2023. <https://doi.org/10.29276/redapeci.2023.23.117752.4-13>

MENEZES, S. K. O.; SANTOS, M. D. F. Gênero na Educação em Computação no Brasil e o Ingresso de Meninas na Área – uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação (Brazilian Journal of Computers in Education)**, v. 29, p. 456-484, 2021. <https://doi.org/10.5753/rbie.2021.29.0.456>

MORUZZI, A. M. **Feminismos em Educação: das margens aos epicentros epistemológicos dos estudos da infância**. Editora Dialética, 2025.

NEVES, J. M.; MOURA, D. L. Evasão escolar na Educação a Distância: evidências de uma Instituição Federal de Ensino. **TICs & EaD em Foco**, v. 7, n. 1, 2021. <https://doi.org/10.18817/ticseademfoco.v7i1.520>

OCDE – Organization for Economic Co-Operation and Development. **Education at a Glance 2023: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/>. Acesso em: 20 mai. 2025.

OXFAM. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Nairobi: Oxfam International, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 22 maio 2025.

PEDROSA, R. A.; NUNES, D. O desafio da evasão em cursos superiores na modalidade EaD. **Paidéi@ – Unimes Virtual**, v. 1, n. 10, p. 102–116, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/919>

PEIXOTO FILHO, J.; OLIVEIRA, C. I. C. Qualidade e seus fatores, a partir da visão dos sujeitos da educação a distância na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 43557–43591, 2021. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-694>

ROHDEN, F. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 157–174, jan. 2009.

<https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100008>

ROSSI, T. R.; FONTES, M. B. Ensino Superior a Distância como possibilidade de mobilidade intergeracional. **EaD em Foco**, v. 12, n. 2, e1660, 2022. <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i2.1660>

ROSSI, T.; FONTES, M. B. Formação de professoras a distância: êxitos e reveses das egressas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 19, n. 40, p. 1–26, 2024.

<https://doi.org/10.21713/rbpg.v19i40.1904>

SANTOS, M. L. P. D.; CAVALCANTE, C. V.; OLIVEIRA, D. L. Epistemologias contra-hegemônicas para internacionalização da educação superior. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 34, n. 4, p. 697–705, 2024.

<https://doi.org/10.18224/frag.v34i4.14286>

SENKEVICS, A. S. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, 2021.

<https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892>

SILVA, J. C.; CASTRO, M. C. D. Desafios da retenção acadêmica na Educação a Distância: identificação e análise dos Fatores Críticos de Sucesso. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 12, e54811229142, 2022. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34078>

SOARES, L. M.; MARTINS, V. L. EaD como caminho para graduação no IFAM. **Perspectivas em Diálogo**, v. 11, n. 27, p. 53–68, 2024. <https://doi.org/10.55028/pdres.v11i27.20122>

SOUZA, M. P. et al. Percepção do alunato sobre a educação superior a distância ofertada pela Univesp. **Revista Em Rede**, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2022. <https://doi.org/10.53628/emrede.v9i2.877>

TRANCOSO, M. V. **Educação feminista e antirracista: mapeando narrativas e conflitos discursivos em tempos de cibercultura**. 2020. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

TUNA L. A. P. Mudanças Demográficas no Ensino Superior à Distância. **REASE**, v. 10, n. 9, 2024. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i9>

UNESCO. **Cracking the Code: Girls' and Women's Education in Science, Technology, Engineering and Mathematics (STEM)**. Paris: UNESCO, 2021.

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691/PDF/264691por.pdf.multi>

VIEIRA, J. J.; RAMALHO, C. C.; VIEIRA, A. L. C. A origem do Plano Nacional de Educação e como ele abordou as questões de gênero. **RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 2, p. 567-589, 2017. <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9746>

ZAMPROGNO, B.; JACOB A.; ZAMPROGNO, B. Perfil sociodemográfico e satisfação de alunos da modalidade de ensino a distância. **Revista FOCO**, v. 9, n. 2, p. 175–196, 2016.

<https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.801>

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: WANDERCIL, M. et al. Entre Barreiras e Oportunidades: Permanência Feminina na Educação a Distância no Ensino Superior Brasileiro. **EaD em Foco**, v. 16, n.1, e2847, 2026. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v16i1.2847>